

g) A Lei de Wagner e a Realidade das Despesas Públicas, *Estudos de Economia*, VI, n.º 2, 1986;

h) A Evolução das Despesas Públicas em Portugal, *Estudos de Economia*, IV, n.º 3, 1984.

i) *A Economia Subterrânea*, Col. “Estudos”, Série A, n.º 4, MTSS, 1983. 201642886

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho n.º 9803/2009

1 — Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é nomeado o licenciado Pedro Miguel Magalhães Ribeiro para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça (IGFIJ, IP).

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2009.

31 de Março de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Nota biográfica

Pedro Miguel Magalhães Ribeiro.
Nascido em 1973, tem actualmente 36 anos.

Actividade académica

Licenciado em Economia pela Universidade Lusíada de Lisboa, com especialização em Economia Internacional (2000).

Pós-graduado em Cidade, Território e Requalificação pelo ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa), prepara a dissertação em Competitividade Territorial para se propor à obtenção do grau académico de mestre (2003).

Formação em inglês pela Cambridge School (2008).

Actividade profissional

Adjunto do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça do XVII Governo Constitucional (desde 2007).

Vice-presidente da Câmara Municipal do Cartaxo (2002-2006) e vereador (1998-2008).

Vogal não-executivo do conselho de administração da RESIURB — Associação Intermunicipal de Gestão de Resíduos (2000-2007).

Vogal não-executivo da direcção da ARTEMREDE, Teatros Associados da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002-2006).

Quadro do BBVA, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria:

Direcção Financeira (Departamento de *Back-Office*) (1999-2000); Direcção de Meios (Departamento Internacional) (1997-1998);

Direcção Financeira (Departamento de Controlo de Gestão) (1996).

Técnico da Direcção Comercial (Departamento de Marketing) da Renault (1995).

Actividades sociais

Presidente do conselho geral da RUMO 2020, EM (2006-2008). Presidente da assembleia geral da Caminhos do Campo, S. A. (2006-2007). Presidente do conselho fiscal do IDERSANT — Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região de Santarém (2005-2008).

Membro do conselho geral da ECOLEZÍRIA, EIM (2005-2007). Dirigente da Associação Portuguesa de Paramiloidose (desde 2003).

Vogal do NEEGUL (Núcleo de Estudantes de Economia e Gestão da Universidade Lusíada) no Departamento de Pesquisa & Desenvolvimento (1993-1995)

Actividade docente/conferências

Docente do Curso de Gestão Municipal do Instituto Nacional de Administração, em Cabo Verde, no âmbito do Programa de Cooperação da Comissão Europeia PIR-PALOP (2005).

Comunicações apresentadas em seminários nos domínios da economia urbana, finanças públicas, competitividade territorial e desenvolvimento sustentável (2000-2008).

Publicações

Manual de Gestão Municipal PALOP, INA, Oeiras (em co-autoria com o Prof. Doutor Rogério Roque Amaro), 2005.

Autor regular de artigos sobre economia, política, cultura e sociedade em diversos jornais e revistas especializadas (desde 1995).

201643574

Despacho n.º 9804/2009

1 — Nos termos do disposto nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e nos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 128/2007, de 27 de Abril, é nomeado o licenciado Fernando Manuel Fernandes Alves para o cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça (IGFIJ, I. P.)

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2009.

31 de Março de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae

(resumo)

1 — Fernando Manuel Fernandes Alves nasceu em Valença, Distrito de Viana do Castelo, em 7 de Outubro de 1956.

2 — Licenciou-se em Economia (1980 — 1985) pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica e concluiu a componente escolar do Mestrado em Economia Aplicada (1994 — 1995) da Universidade Nova de Lisboa.

3 — Possui formação complementar, designadamente Pós-graduação em Finanças Internacionais/Finanças Europeias (Centro de Estudos para o Desenvolvimento Internacional), curso de Gestão Estratégica de Projectos (Instituto Nacional de Administração), Curso sobre Mercados Financeiros Internacionais (CISEF — Centro de Investigação sobre Economia Financeira do Instituto Superior de Economia/Universidade Técnica de Lisboa), curso de Econometria Aplicada (Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa e Ministério das Finanças) e curso de Formação SIADAP (Instituto Nacional de Administração).

4 — É Economista Assessor Principal do Ministério das Finanças e representou o Ministério das Finanças externamente (União Europeia e OCDE) e internamente (Conselho Superior de Estatística do INE). Desempenhou diversos cargos públicos: Subdirector do Teatro Nacional de S. Carlos, Vogal do Conselho de Administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Director da Direcção de Serviços de Investimento do Sector Público Administrativo (PIDDAC), Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Economia e da Inovação e Controlador Financeiro junto do Ministério da Justiça. Nos cargos de gestão foi sempre responsável pela área económica e financeira.

5 — Foi Adjunto da Secretária de Estado do Orçamento, representante do Ministro de Estado e das Finanças no Conselho de Orientação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e Presidente da Comissão de Fiscalização do Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos (CENTIMFE). Participou nas reuniões do Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno (SCI) da Administração Financeira do Estado.

6 — Foi Assistente Convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UTL) e Professor na Universidade Lusíada com regência das cadeiras de Economia, Política Monetária e Financeira, Economia Portuguesa e Análise de Projectos de Investimento. Actualmente lecciona as cadeiras de Macroeconomia e Economia Monetária no Instituto Superior de Gestão Bancária (Associação Portuguesa de Bancos). Foi formador na área da gestão financeira de empresas (Contabilidade Financeira, Contabilidade de Custos, Gestão Financeira, Políticas de Financiamento e Avaliação das Decisões de Investimento e Sistemas de Informação Financeira para Apoio à Decisão).

7 — Publicou trabalhos na área do mercado cambial e gestão do risco de câmbio, financiamento da Segurança Social e Macroeconomia.

8 — Interveio como orador e apresentou comunicações: II.ª Conferência do CISEP — Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa/Instituto Superior de Economia, 1.º Encontro/96 do INDEG/ISCTE — Instituto Superior do Trabalho e da Empresa e Universidade Lusíada.

9 — Frequentou diversas acções de formação permanente na área económica e financeira.

201643396

Despacho n.º 9805/2009

1 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na re-

dacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, é exonerada, a seu pedido, a licenciada Teresa Isabel Magalhães Ribeiro do cargo de vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça, I. P.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2009.

31 de Março de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.
201643258

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Mapa n.º 13/2009

Mapa a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º conjugado com o n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto

Listagem das transferências correntes e de capital concedidos pelo IPAD no 2.º semestre de 2008

Beneficiários	Projecto	Montante (euros)	Entidade decisora	Data da decisão
ACNUR	Contribuição multilateral	1.000.000	GSEAO	22-12-2008
ACVER — Associação Internacional para a Cooperação e o Desenvolvimento de Comunidades Rurais	Projecto “Reforço das parcerias e de apoio à execução do plano de Luta contra a Pobreza” — Cabo Verde	23.350	Presidente	22-12-2009
ADPM — Associação para o estudo e defesa do património natural e cultural do Concelho de Mértola	Projecto de desenvolvimento comunitário — Moçambique	86.160	SENEC	20-10-2008
ADPM — Associação para o estudo e defesa do património natural e cultural do Concelho de Mértola	Na Rota do Conhecimento — Cabo Verde	43.400	SENEC	20-10-2008
AIPA — Associação dos Emigrantes dos Açores	Apoio financeiro ao centro de apoio ao Migrante no País de origem — Cabo Verde	20.000	Presidente	04-04-2008
AMI — Assistência Médica Internacional	Criação de um novo posto periférico no interior do Distrito de Caué e formação em especialidades dos quadros locais — Assistência e sensibilização da população no âmbito da luta contra o paludismo em S. Tomé e Príncipe	19.295	SENEC	07-10-2005
	Saúde Escolar e Comunitária — Cabo-Verde	53.112	SENEC	20-10-2008
	Saúde em acção — Guiné-Bissau	98.781	SENEC	20-10-2008
AMU — Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	Projecto de reabilitação do equipamento escolar do colégio S. Bento de Luena	24.976	Presidente	06-02-2008
Associação Portuguesa para a Cultura e Desenvolvimento	Projecto de Cooperação para o Desenvolvimento Escola EPI — Eduardo MONDLANE (Manhiça) — Moçambique	41.827	SENEC	12-08-2004
Associação Elos de Fraternidade	Viver e a Crescer — Angola	196.935	SENEC	20-10-2008
Associação Sol Sem Fronteiras	Educação na Esperança — Moçambique	63.786	SENEC	20-10-2008
ATA — Associação Tropical Agrária	Projecto de formação profissional agrária Mumeno — Moçambique	24.837	SENEC	20-10-2008
AWEPA — European Parliamentarians for Africa	Apoio financeiro à Associação dos Parlamentares para África	50.000	Presidente	20-10-2008
Banco de Cabo Verde — República de Cabo Verde	Apoio financeiro ao orçamento de Cabo Verde	1.500.000	SENEC	17-11-2008
Cadeia da Esperança	Acção contra doenças cardiovasculares — Moçambique	73.820	SENEC	20-10-2008
	Acção contra doenças cardiovasculares — São Tomé e Príncipe	42.592	SENEC	20-10-2008
CENTROP — Centros de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento	Apoio financeiro ao programa de desenvolvimento Agrícola Rural	70.632	Presidente	07-07-2008
CENTROP — Centros de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento	Apoio financeiro à formação avançada de quadros do Min. Agricultura e do desenvolvimento rural de Angola	40.608	Presidente	11-03-2008
CERF	Contribuição multilateral	200.000	SENEC	22-02-2008
CIC — Associação para o Intercâmbio e Cultura	Projecto de integração escolar dos filhos dos ex militares da Comuna da Catabola — Angola	34.012	SENEC	20-10-2008